

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GOLPE DE 31 DE MARÇO DE 1964: MEMÓRIA E IMAGINÁRIO SOCIAL

JOSÉ VALDENIR RABELO FILHO¹

Bom, a primeira vez que eu tive noção de quando foi implantada a ditadura militar, eu tinha doze anos, em 1964, e disseram que os comunistas... né, a ditadura militar era justamente para coibir os comunistas, porque os comunistas tinham o intuito de matar todas as crianças. Para mim, uma criança de doze anos, foi como uma bomba atômica caindo sobre minha cabeça. Eu lembro que eu fui para o colégio e voltei chorando, segurando no braço do meu irmão.²

O testemunho de Francisco das Chagas Sabóia, compartilhado com pesquisadores que em novembro de 2006 o entrevistavam, a fim de melhor conhecer a história da cidade de Sobral em tempos de ditadura, nos parece representativo de um imaginário do medo que circulou na sociedade brasileira no ano de 1964, e pelo sertão do Estado do Ceará, em específico.

À época da entrevista com 54 anos de idade, o narrador apresentava suas experiências juvenis em Sobral, média cidade localizada na região noroeste do Estado do Ceará, e comumente referenciada pela imprensa de época e por estudiosos dedicados à valorização do mito personalista, como a “cidade de Dom José”.³ Sob a sombra do mito, com forte tradição católica, a cidade de Sobral é lembrada como o território da ordem e da disciplina, um espaço urbano que lança sobre a sua área de influência o lastro de um processo civilizatório. Também por isso, a cidade é merecedora do título de “princesinha do Norte”.⁴

Das memórias juvenis, o narrador referia-se às suas travessuras, apresentava outras imagens e representações da Cidade. Distanciava-se da sombra do mito personalista, desmontava-o. Falava da desordem, dos fluxos e refluxos de homens comuns pela cidade, falava de si e dos outros. Suas memórias revisitavam os tempos de ditadura, aquela que barrou o curso de uma experiência democrática forjada no pós 1945.

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Denise Rollemberg.

² Francisco das Chagas Sabóia. (Nov. de 2006). Sobral. Entrevista concedida ao pesquisador.

³ Sobre as ações atribuídas a Dom José Tupinambá da Frota, e sua intervenção na construção da cidade de Sobral, ver especialmente: SOARES, 2000; GIRÃO & MAIA SOARES, 1997; ROCHA, 2003; dentre outras.

⁴ A antonomásia, figura de linguagem que substitui o nome por um referente, é utilizada de forma recorrente pela imprensa para apresentar Sobral como uma cidade distinta no sertão do Ceará. Tal figura de linguagem é também usual por intelectuais dedicados ao estudo da cidade.

Acessar os interditos, demorar nas páginas de uma história inconclusa, iluminar “zonas cinzentas”⁵ da história daquela cidade, era essa a aventura à qual o narrador se propunha. Fazia isso ora com um largo sorriso, ora com os olhos marejados.

É válido esclarecer ao leitor que a cidade recordada pelo narrador, aquela dos tempos de ditadura, é ainda hoje pouco frequentada pela bibliografia, existindo, via de regra, uma literatura produzida por memorialistas que, buscando manter a imagem da cidade disciplinada, sombreada pelo mito personalista, silenciam os anos de ditadura civil-militar.

Em contrapartida, desejosos por acessar essa cidade silenciada alguns jovens historiadores têm contribuído para a demonstração de uma “cidade movimentada”, indisciplinada, marcada por movimentos de resistências ao autoritarismo.

A inversão do mito, de uma “cidade silenciada, disciplinada” para uma “cidade movimentada”, marcada por uma “cultura de resistências”, mais que contribuir para o acesso às complexidades dos comportamentos sociais em tempos de ditadura, somente contribui para a operacionalização dos silêncios em outras frequências.

Escapar aos encantos dos mitos nos parece um primoroso desafio para o estudo desta sociedade em tempos de regime autoritário.

Nossa pretensão, ao longo das páginas que se seguem, é acessar as experiências cotidianas desta sociedade. Para tanto, mobilizaremos relatos orais de memória e textos da imprensa de época. Faremos isso, à luz do debate sugerido por uma *nova história política*, articulando as chaves conceituais de memória e imaginário social como referências para o debate.

O texto está dividido em dois momentos: a princípio promovemos um debate historiográfico sobre os acirramentos políticos forjados no ano de 1964, refletindo sobre como a imprensa atou na construção de um imaginário do medo; em seguida, apresentamos um debate sobre como o golpe de 31 de março foi recebido pela sociedade sobralense.

História e historiografia: problemas e desafios

⁵ Consideramos pertinente o diálogo entre os regimes autoritários europeus e os latino-americanos a fim de percebermos as relações de proximidade entre uns e outros, bem como, e principalmente, de forma a intercambiarmos propostas conceituais que lançam novas problemáticas sobre os comportamentos sociais em regimes autoritários. Desta forma, o conceito de “zona cinzenta”, e demais ponderações sobre o “pensar-duplo” da sociedade francesa sob ocupação alemã, apresentadas por Pierre Laborie, nos são aqui importantes. Para este caso ver: LABORIE, 2010.

Refletir sobre o golpe civil-militar de 1964, implica a necessidade de também acessarmos as versões sobre ele construídas por intelectuais que se dedicaram ao seu estudo. Implica ainda, a necessidade de procedermos a uma investigação que problematize as análises estruturantes, sustentadas sobre a força usual de conceitos e métodos preconcebidos, que, neste sentido, inviabilizam o acesso às peculiaridades e complexidades das experiências históricas. Conceitos e métodos, assim cremos, são ferramentas sempre provisórias, inacabadas, competindo ao pesquisador a ressignificação de seus valores e usos.

Deste modo, consideramos pertinente o alerta sugerido pelo historiador Jorge Ferreira (2004), em *A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*, quando, ao tratar do papel das esquerdas no golpe de 1964, problematiza versões sustentadas em modelos teóricos estruturantes. O historiador faz isso, não como ação de desmerecimento das produções, muito pelo contrário, reflete sobre elas para também sedimentar o seu lugar de fala, suas opções teóricas e metodológicas, os usos possíveis que faz das fontes com as quais trabalha.

Forjadas ao longo do processo de amadurecimento do regime de exceção, e fortemente marcada por princípios teóricos estruturantes, as variantes problematizadas por Jorge Ferreira sustentam análises simplistas sobre as tramas políticas e sociais que atuaram direta ou indiretamente na produção de um estado autoritário.

A primeira versão problematizada pelo historiador, e “a mais consumida”, refere-se ao “colapso do populismo no Brasil”, versão alinhavada sob a sombra do determinismo econômico, comum a “alguns círculos marxistas”. Afirma o pesquisador que “nesse tipo de análise, o processo de acumulação de capital necessitava de governos autoritários que reprimissem as demandas populares”. A partir de tal perspectiva, evidenciando-se o “determinismo econômico”, o golpe teria sido inevitável, haja vista ter “sido fabricado pelas estruturas”. Os sujeitos históricos seriam anulados do processo construtor do regime autoritário.

A segunda variante, porém não menos problemática, refere-se à teoria da “Grande Conspiração”. A partir dela, o golpe teria sido fabricado lá fora, “a motivação maior para a destituição de João Goulart e a implantação da ditadura dos generais estaria no ‘estrangeiro’ e

nas elites nacionais alienadas por ele”. Como “massa de manobra”, as elites nacionais teriam sido manipuladas para a legitimação do golpe. Suas responsabilidades seriam dirimidas.

Enfim, a terceira versão trata da personificação do processo histórico indicado. A partir desta perspectiva a construção do regime autoritário teria resultado da ação ou paralisia de um homem, aquele que, como um “líder burguês de massa”, “político dúbio pela origem social”, se fez um “traidor de classe”. “Populista”, “manipulador das massas”, João Goulart teria sido o responsável direto e indireto pelo golpe de Estado que conduziu o Brasil, com o colapso da democracia, para um regime de exceção.

A partir das três variantes explicativas para o golpe de 1964, os determinismos aprisionam a História, furtam o seu devir, a essência de sua existência. Tais versões precipitam conclusões perigosas, tais como: o golpe teria sido inevitável e a sociedade brasileira dele não teria participado. Ou ainda, ao longo do regime autoritário, teriam todos ocupado o lugar da resistência, seriam todos pela democracia. A partir destas precipitações, estariam todos isentos de responsabilidades, pois o golpe teria sido fabricado pelas estruturas, ou, quando não, por agentes alienígenas que manipularam para o bem ou para o mal.

Jorge Ferreira, inclinado à *nova história política*, constrói redes de interlocução com as ciências políticas e a sociologia, e, neste sentido, rompe com as análises estruturantes, deterministas. O debate que o historiador sugere permite-nos uma “análise a contrapelo” do contexto de acirramentos políticos entre esquerdas e direitas nos instantes que precederam o golpe de fins de março de 1964.

O historiador francês René Rémond (2003: 29), ajuda-nos a melhor compreender que

De fato, a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. É uma verdade geral a utilidade, para todo ramo do saber, de abrir-se a outros e escolher contribuições externas, mas o objeto da história política, sendo sua natureza interdisciplinar, torna isso uma necessidade mais imperativa que em outros casos. É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar.

Como resultado desta experiência interdisciplinar, a oficina da História torna-se mais eclética, afeita ao diálogo sobre *culturas políticas*, sobre representações e imaginários sociais, sobre memórias e sensibilidades políticas, sobre identidades no cruzamento entre o político e o cultural.

A História liberta-se das amarras às quais fora acometida, o devir aponta para os fluxos e refluxos de personagens históricos, seus tramas e dramas. As análises estruturantes *desmancham no ar*, são desmontadas.

O contexto de 1964 é apresentado como um tempo fortemente marcado por antagonismos políticos, esquerdas e direitas ⁶ estavam fragmentadas. Cada grupo carregava suas fissuras e neste sentido permitiam o escoamento de ideais políticos. A cada grupo faltava coesão interna, estavam divididos.

As demandas históricas por “reformas de base” deságuam no ano de 1964 como um forte instrumento da agenda política. Uma vez promovidas, tais reformas adequariam o cenário brasileiro ao desenvolvimento econômico autônomo, e estabeleceria condições para a promoção da “justiça social”. ⁷ As experiências democráticas articuladas no pós 1945 demandavam tais pautas. Não sem conflito elas foram dialogadas.

De acordo com Jorge Ferreira, “Entre as principais reformas constavam a bancária, a fiscal, a administrativa, a urbana, a agrária e a universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB”. ⁸

Nos rincões do Nordeste brasileiro, as Ligas Camponesas ⁹ davam a tônica do debate em torno da reforma agrária, das políticas de acesso à terra. Ali, as associações rurais e os sindicatos urbanos ganhavam corpo e assustavam as elites políticas, econômicas, e religiosas conservadoras. Greves e manifestações de “rebeldia” refletiam a tensão entre trabalhadores e patrões, entre esquerdas e direitas. Os enfrentamentos, dos quais muitas vezes vidas eram ceifadas, passavam a ser recorrentes. ¹⁰

⁶ Consideramos pertinente o diálogo com o historiador REIS FILHO, 2004. A partir das propostas lançadas, “Por direita, entendi as forças conservadoras, alérgicas a mudanças e dispostas a manter o *status quo*. (...). À esquerda se situarão as forças favoráveis às mudanças em nome da Justiça e do Progresso Sociais. Empregarei as categorias sempre no plural por entender que, em cada termo, agrupam-se posições, lideranças e forças diversas, das mais moderadas às mais radicais”. Ver deste trabalho p. 32.

⁷ Cf. FERREIRA, 2004:181-212.

⁸ Idem.

⁹ “O termo é uma referência às organizações rurais estruturadas pelo Partido Comunista na década de 1940, com o objetivo de tentar realizar a reforma agrária”. Ver: PROFÍRIO, 2009: 24.

¹⁰ Vale lembrar a morte de João Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa de Sapé, interior do Estado da Paraíba, em 1962. Sobre tal caso, é sugestivo o documentário dirigido por Eduardo Coutinho, *Cabra Marcado para Morrer*. Iniciada em 1963, e interrompida com o golpe de 1964, as gravações só viriam a ser retomadas no início da década de 1980. É oportuno citar ainda uma matéria jornalística noticiada pelo jornal *Unitário* de 04 de Janeiro de 1964, que em primeira página apresentava: “Muito grave a situação na zona rural da Paraíba”. O texto indica a situação de conflito armado entre latifundiários e trabalhadores rurais.

Em 03 de janeiro de 1964, o jornal *Unitário*, editado em Fortaleza, noticiava em primeira página: “Polícia Prende Agitadores”. Tratando sobre intervenção policial em João Pessoa, capital da Paraíba, o texto noticiava em tom de alerta:

*JOÃO PESSOA 2 (M) – Cento e quinze trabalhadores rurais que acabavam de chegar a esta capital, procedentes de Sapé foram detidos pela polícia. Vinham participar de reuniões das Ligas Urbanas que se realizariam nos bairros desta cidade. A exemplo do que ocorre com as Ligas Camponesas, as Urbanas tem em mira lutar contra os proprietários de imóveis.*¹¹

À época, em Fortaleza, estavam em curso ações de grupos associados que promoviam a ocupação de faixas territoriais do perímetro urbano. Tais ações, geralmente promovidas no calar da noite, causavam temor principalmente aos proprietários de imóveis que vislumbravam a ameaça a seus bens, mas, também, de forma mais ampla, causavam inquietações àqueles desejosos por manter a ordem da paisagem urbana, a “cidade higienizada”, marcada por problemas somente nos seus limites periféricos.

Os problemas das periferias, contanto que não ameaçassem os espaços de sociabilidade das elites que buscavam manter os lugares públicos como palcos de seus exercícios de poder, de nada importariam. Ficassem restritos aos seus limites e todos “permaneceriam” bem. Cada qual no seu lugar.

Acontece que tais problemas teimavam em movimentar-se, não ficavam restritos aos bastidores da cena pública. Desta forma, em 04 de janeiro de 1964, também o jornal *Unitário* noticiava os desagrvos gerados por grupos que atuavam na ocupação de terras de propriedade privada em “lugares privilegiados”. Noticiava o periódico que

*Nos últimos tempos, liderados por indivíduos inescrupulosos, começaram a organizar-se em Associações para as quais são forçados a contribuir mensalmente com duzentos cruzeiros. Organizados em grupos, escolhem os melhores terrenos da cidade, e da noite para o dia erguem suas casas desafiando as autoridades.*¹²

Tais experiências preocupavam as famílias abastadas de Fortaleza num duplo sentido: primeiro, pela ameaça de perda da propriedade frente às ocupações massificadas e rotineiras, silenciosas; segundo, pelo o “desequilíbrio” que tais ações promoviam na paisagem urbana, e os riscos que traziam à moralidade e aos bons costumes.

Logo, também por influência do contexto de acirramento dos ânimos políticos, aquelas práticas de ocupação seriam associadas à “onda de desordens” que assolava o Brasil

¹¹ Polícia Prende Agitadores. In: *Unitário*, Fortaleza-CE, 03 de janeiro de 1964, p. 01.

¹² Cidade aberta – Expansão das favelas é problema. In: *Unitário*, Fortaleza-CE, 04 de janeiro de 1964, p. 02.

de forma geral, e que soprava sobre as “*terras alencarinas*” a essência das “agitações” fruto das influências de “comunistas baderneiros”.

As organizações sindicais, e a atuação de trabalhadores e “classes marginais” na cena pública, reivindicando outros espaços para a protagonização de seus poderes, configurava um cenário resultante do processo de liberdades democráticas. À medida que tais grupos promoviam deslocamentos nos palcos do poder em cena – redefiniam papéis, reestabeleciam roteiros, elegiam-se como novos protagonistas, e embaralhavam as ordens dos discursos –, as classes conservadoras mobilizavam-se a fim de barrar ou negar o curso de tais experiências.

Uma vez ameaçadas, articulavam o combate aos “indivíduos inescrupulosos” a partir dos textos impressos, dos discursos divulgados na grande imprensa. Como um instrumento de poder, que compunha e dava forma à arquitetura do cenário dos enfrentamentos políticos, as elites propagavam os desagravos sofridos e as ameaças presentes através das páginas dos jornais.

O diálogo com o sociólogo francês Georges Balandier, em *O Poder em Cena*, nos ajuda a refletir sobre o poder como um drama *shakespeariano*, que se articula a partir das imagens e representações que cria para exercer influência sobre o imaginário, para ser socialmente aceito. O pesquisador apresenta que “O mundo inteiro é uma cena”, sempre provisória, dinâmica, formada por atores sociais que divergem na protagonização de seus papéis.

Sobre as arenas possíveis para o exercício do poder em cena, Georges Balandier (1982: 11-12) nos sugere a cidade como lócus privilegiado, porém não o único, e afirma que

No decorrer de sua história toda cidade se enriquece de lugares aos quais pode ser atribuída uma função simbólica, recebida por destinação ou em virtude de algum acontecimento. São os teatros onde se apresentam a sociedade “oficial” e, inversamente os que se “manifestam” em protesto popular. A topografia simbólica de uma cidade é uma topografia social e política; (...).

O cenário da cidade de Fortaleza, lugar onde aqueles poderes traçavam enfrentamentos cotidianos, apresentava-se como o espaço das conturbações, dos desequilíbrios. Ainda, ali, também os movimentos sindicais articulavam-se na promoção de

greves e atos públicos reivindicatórios por “novos níveis de salário mínimo, alegando a marcha ascendente do custo de vida”.¹³

O início do ano de 1964 dava sinais sobre os altos índices inflacionários que impactavam sobre o desenvolvimento econômico brasileiro e, conseqüentemente, sobre o custo de vida. Estimava-se, tomando por base o ano anterior, que a elevação dos custos de vida não daria trégua no ano que iniciava.

Em 07 de janeiro de 1964, o jornal *Unitário* noticiava “O índice terrível” que assolava o povo brasileiro com taxas de “95,51% em 1963”¹⁴, e alertava sobre a “perspectiva de novo aumento” já para os momentos iniciais de 1964.

Conforme o sociólogo e cientista político Gláucio Ary Dillon Soares (2001: 340-341), em *A democracia interrompida*, “a inflação não foi criada por João Goulart, mas acelerou-se consideravelmente durante o seu curto governo”:

Em 1958, a taxa de inflação foi de 11,1%, razoável para a experiência brasileira; em 1959, saltou para 29,2%, baixando para 26,3% em 1960, subindo para 33,3% em 1961, saltando para 54,8% em 1962 até atingir a altíssima taxa de 78% em 1963. Em 1964, a inflação dos primeiros meses foi assustadora, deixando claro que o governo João Goulart tinha perdido o controle do processo inflacionário (...).

Como se pode verificar, o índice inflacionário do ano de 1963, apresentado pelo pesquisador Gláucio Soares, diverge daquele a que referimos em citação feita do jornal *Unitário*. Não nos interessa aqui refletir sobre o *status* de verdade de um ou outro dado. Porém, pretendemos dedicar uma maior atenção ao lugar que o periódico ocupava no debate político da época. Proceder nesta perspectiva, nos ajudará a compreender o jornal como um instrumento de poder que produz um discurso interessado e atuante nos enfrentamentos políticos.

Veículo de imprensa ligado aos *Diários Associados*, o jornal *Unitário*, com circulação diária na cidade de Fortaleza, divulgava matérias sobre aquele espaço urbano, e região interiorana do Estado do Ceará, mas, também, reproduzia textos que noticiavam o cotidiano do cenário político forjado no Rio de Janeiro, em São Paulo, Minas Gerais, Bahia,

¹³ Sindicatos do Ceará vão apelar para Jango: logo novos níveis salariais. In: *Unitário*, Fortaleza-CE, 03 de janeiro de 1964, s/p.

¹⁴ *Unitário*, Fortaleza-CE, 07 de janeiro de 1964, p. 04.

Paraíba, Maranhão, dentre outros.¹⁵ É evidente sua tendência oposicionista à política de Estado de João Goulart, sua atuação interessada na construção do medo pânico, do imaginário anticomunista.

Consideramos por imaginário anticomunista¹⁶ o conjunto de imagens e discursos, elaborados e empregados por diversos setores da sociedade civil para representar negativamente, de forma global e totalizante, o comunismo e os comunistas.

Afora os dúbios textos de Assis Chateaubriand, ora evasivos ora bastante ácidos em relação ao cenário político brasileiro, divulgados de forma recorrente nas páginas do periódico, muitas são as denúncias de que “com Jango, democracia corre um grande perigo”,¹⁷ “Brasil caminha para uma ditadura pior que Cuba”,¹⁸ “Adhemar diz que só Deus pode salvar o Brasil”.¹⁹

Aquela matéria de 07 de janeiro de 1964, intitulada “O Índice Terrível”, era assim concluída:

E é sob o império de uma situação atemorizante e cruel que iniciamos a jornada para o ano de 1964. A cada homem comum parece só restar o caminho de pedir misericórdia a Deus, principalmente a graça de livrar o país dos maus brasileiros que teimam em conduzi-lo para o destino de dívidas e aniquilamento.

Clima de intranquilidade, ameaças rotineiras à moral e aos bons costumes, conflitos por terra no campo e na cidade, divergências entre trabalhadores e patrões, movimentos grevistas que se sucediam quantitativa e qualitativamente, cenários da “desordem” e do “caos”. A democracia estava ameaçada, era essa a imagem construída pelo jornal *Unitário* sobre o contexto político nacional nos meses iniciais de 1964.

O diálogo com o historiador Eduardo Gomes Silva, por meio do trabalho *A Rede da Democracia e o golpe de 1964*, nos ajuda a melhor compreender a teia das relações de força na qual o jornal *Unitário* estava envolto. Como já apresentamos, o periódico referido era um

¹⁵ Sobre os *Diários Associados*, suas relações com a *Rede da Democracia*, e o papel que desempenharam na construção do golpe de 1964, Ver: SILVA, 2008.

¹⁶ Fundamentamos nossas considerações sobre imaginário anticomunista a partir do diálogo com as seguintes obras: MOTTA, 2002; e RODEGHERO, 2003.

¹⁷ *Unitário*, Fortaleza-CE, 05 de janeiro de 1964, Capa.

¹⁸ *Unitário*, Fortaleza-CE, 08 de janeiro de 1964, Capa.

¹⁹ Idem.

órgão de imprensa vinculado aos *Diários Associados*, e este, como nos informa Eduardo Gomes, era entidade diretamente atrelada à *Rede da Democracia*.²⁰

Fundada em fins de outubro de 1963,

(...) veio com o acordo entre Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon. Unificando suas rádios, a Globo, a Jornal do Brasil e a Tupi, eles criaram a 'Rede da Democracia'. Com discursos unificados, denunciavam o perigo comunista, a política econômica do governo e o próprio Goulart. Logo adiante, uniformizaram também suas mensagens na rede de jornais [impressos]. (FERREIRA, 2004: 197-198)

Vinculado aos *Diários Associados*, em Fortaleza, circulava ainda o periódico *Correio do Ceará*, também reproduzindo integralmente, ou em partes, os conteúdos dos jornais associados, reafirmando assim o nivelamento das campanhas oposicionistas a João Goulart que se articulavam por meio da *Rede da Democracia*. Neste sentido, através das imagens e representações criadas sobre o “outro”, aqueles grupos vinculados à *Rede* sedimentavam o medo no imaginário social, fomentavam a “histeria anticomunista”.

Como nos chama atenção Bronislaw Baczko (1985), “Os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos colectivos [sic] sobre o futuro”.

As projeções de futuro disseminadas pela imprensa diziam respeito aos riscos de “comunização” no Brasil, ao “perigo vermelho”, e, conseqüentemente, à “desordem”, à “anarquia”, à “subversão dos valores morais e cristãos”. O inimigo, o fantasma do comunismo, estava à solta, era preciso vigiá-lo, contê-lo, exorcizá-lo.

Em 12 de março de 1964, o jornal *Correio do Ceará* reproduzia, em primeira página, notícias sobre o discurso proferido por Adhemar de Barros, governador do Estado de São Paulo. Noticiava-se:

SÃO PAULO 12 (M) – O Governador Adhemar de Barros dirigiu mensagem a todos os brasileiros, protestando contra a tentativa de comunização do país. Em certo trecho assegurava o Governador paulista que “enquanto houver em mira um alento de vida, não converterão esta Nação em satélite: não tripudiarão sobre nossas tradições nem rasgarão a Carta Magna da República”.

A experiência democrática equilibrava-se numa corda bamba. A radicalização das esquerdas, exigindo as reformas na “lei ou na marra”, agravavam os antagonismos políticos, os prenúncios de um “desfecho” acirravam os ânimos. A *Frente de Mobilização Popular*,

²⁰ Cf. SILVA, 2008. Sobre tais questões ver principalmente o capítulo primeiro da dissertação.

analisada por Jorge Ferreira, insistia no rompimento da política conciliatória. Era chegada a hora da “ação direta”, do “desfecho”.

Sob a liderança de Leonel Brizola, a *Frente de Mobilização Popular*, ou o “parlamento das esquerdas”, “como qualificou Ruy Mauro Marini”, surgiu em 1963, e desde então “esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo à custa de uma política de confronto com a direita e os conservadores”.²¹

De acordo com a cientista política Argelina Cheibub Figueiredo (2004: 34),

Os grupos esquerdistas buscavam reformas, ainda que ao custo da democracia, ou ignorando os limites que as regras de competição democrática impõem à atuação dos diferentes grupos na busca de seus objetivos. A direita, por sua vez, esteve sempre pronta a quebrar as regras democráticas, se aferrando a elas apenas quando eram úteis para defender seus interesses e manter seus privilégios. Ambos os grupos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências.

O cenário político era cada vez mais tensionado. As classes conservadoras mobilizavam-se com o argumento de defesa da legalidade constitucional. Os riscos de comunização estavam dados, assim representavam as direitas. O Comício na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, evidenciava tal constatação.

Após a sexta-feira 13 de março de 1964, o jornal *Unitário* noticiava em primeira página em tom alarmante: “Comício da Central do Brasil foi o começo da guerra civil”,²² “Brizola subversivo era para ter sido preso”,²³ “Prestes: JG faz o que nós queremos”²⁴.

De acordo com aquela imprensa, João Goulart estava envolto nas teias do “mal”, dava sinais dos diálogos cada vez mais próximos com os comunistas. As “produções de visões futuras”, para lembrarmos Baczko, davam conta da iminência de uma guinada ao comunismo. O medo circulava como peça de uma engrenagem complexa, oscilava de acordo com os acontecimentos. Corriqueiramente movimentada, aquela peça dava forma ao imaginário social, e imagens e representações de um “outro” assombroso eram configuradas. Vigilância era a palavra de ordem.

²¹ *Ibidem.* p. 189.

²² *Unitário*, Fortaleza-CE, 15 de março de 1964, Capa.

²³ *Idem.*

²⁴ *Unitário*, Fortaleza-CE, 24 de março de 1964, Capa.

Em 31 de março de 1964, o jornal *Unitário* reproduzia mais uma matéria veiculada pelos *Diários Associados*. Desta vez o texto vinha de Porto Alegre, as declarações do deputado Alexandre Machado (PSD). Em letras garrafais, “Ou eles ou nós para o abismo”, era reproduzido naquele jornal:

*Ou reagimos agora ou seremos tragados pelos comunistas hoje em nossa Pátria chefiados por elementos dos Altos escalões da República. Confio no patriotismo de nossas forças armadas. É chegada a hora de nos prepararmos para a luta que se aproxima. Os inimigos da Pátria, corruptos e corruptores estão-se preparando para dar o golpe final nas instituições democráticas e pisarem fundo o acelerador da Revolução. Vamos agora, eles ou nós para o abismo.*²⁵

Reagiram... As classes conservadoras, civis e militares, reagiram contra “os inimigos da Pátria, corruptos e corruptores”. Empurraram os “inimigos vermelhos” em direção ao abismo. “Salvaram-se”, “salvaram”. 31 de março de 1964...

Em Sobral, média cidade localizada na região noroeste do Estado do Ceará, a 230 km de Fortaleza, um menino de 12 anos voltava para casa detido ao braço do irmão mais velho, chorando. Alguém dissera que “os comunistas tinham o intuito de matar todas as crianças”. Suas memórias retiveram tal imagem, certamente, não sem ressignificá-la ao longo dos anos. Imagem moldada, criada, socialmente elaborada, compartilhada. Memórias que nos ajudam a refletir sobre um tempo outro que não o nosso.

Ainda sobre tal episódio, o mesmo narrador compartilhava: “Eu fiquei estarecido, passei foi tempo amedrontado. Será que se esses comunistas se revoltarem eles vão matar mesmo as crianças? Aquilo era um pesadelo até para uma criança dormir à noite”.²⁶ O medo compunha e orientava sua leitura de mundo, habitava o seu imaginário, instigava a elaboração de fantasias, de textos marcados pelo temor.

... 31 de março de 1964. Entre consensos e consentimentos

Os relatos orais de memória de Francisco das Chagas Sabóia, compartilhados em 2006, ajudam a iluminar “zonas cinzentas” da história da cidade de Sobral, e permitem o acesso a experiências históricas complexas e contraditórias/ambivalentes. Possibilitam a verificação da operacionalidade de um imaginário do medo que orientou vivências, acirrou ânimos, e interferiu nos confrontos políticos.

²⁵ *Unitário*, Fortaleza-CE, 31 de março de 1964, p. 02.

²⁶ Francisco das Chagas Sabóia. (Nov. de 2006). Sobral. Entrevista concedida ao pesquisador.

O narrador, enquanto contava sua história de vida em Sobral, não se propunha a manter a sacralização do mito. Muito pelo contrário, agia como um demolidor. Fazia *desmanchar no ar* a história de cidade apaziguada, disciplinada. Ajudava a pensar sobre os silêncios produzidos, sobre a atuação da Igreja frente ao golpe de 31 de março de 1964. Dizia: “Eu sei o seguinte, Sobral sempre foi uma cidade voltada para o catolicismo, eu não sei se foi coisa da Igreja, ou de alguém altamente ligado à direita”²⁷ que espalhou aquela história de que “os comunistas tinham o intuito de matar todas as crianças”.²⁸

Visitar o periódico católico *Correio da Semana*, e procedermos com uma “análise a contrapelo”, nos ajuda a melhor refletir sobre os relatos orais de memória, sobre as imagens e representações oferecidas pelo narrador sobre suas experiências na cidade de Sobral.

Na primeira edição do jornal *Correio da Semana* após o golpe, no dia 04 de abril de 1964, em matéria de capa, anunciava-se: “Brasil volta à ordem”. Embora longa, vale a citação:

*Depois do impacto emocional das primeiras horas da última revolução das forças armadas, o povo brasileiro demonstrando mais uma vez seu espírito pacífico e paterno, retorna à vida normal. Não houve derramamento de sangue e a revolução foi feita. (...). Reina perfeita ordem em todo o território nacional (...). Miguel Arraes, Governador deposto em Pernambuco, continua preso sob vigilância do Exército. O agitador Leonel Brizola fugiu, encontrando-se desaparecido. Esperamos que agora, quando a ordem retorna, o Brasil possa continuar a crescer e progredir e que as forças democráticas vitoriosas saibam ser fiéis às esperanças de paz e prosperidade que o povo nela deposita. Que todos os brasileiros unidos, procurem trabalhar para a consecução do bem-estar social e das liberdades democráticas, por que somente assim haverá paz verdadeira, justiça e respeito à dignidade humana.*²⁹

De forma paradoxal, a interrupção do processo democrático fora “necessária” para a defesa dos valores de democracia, para a manutenção das liberdades, e o retorno à ordem. A “paz armada”, a partir de então, era “o começo da paz íntima que estava faltando”³⁰, assim anunciava Dom José de Medeiros Delgado, em 04 de abril de 1964, através daquele periódico católico.

Já o Padre Gerardo Gomes, na edição de 11 de abril do mesmo ano, fazia circular “Salve, Brasil!”. Lemos:

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ *Correio da Semana*, Sobral-CE, 04 de abril de 1964, ano 47, n° 02, Capa.

³⁰ Dom José Delgado. Hora de vigilância. In: *Correio da Semana*, Sobral-CE, 04 de abril de 1964, Capa

*Assistimos à vitória das instituições históricas do Brasil contra os que se entregavam a uma obra da subversão, à sombra da bandeira vermelha. Todos os brasileiros, que amam organicamente a sua terra e não a querem ver na degradante corrente de satélites da Rússia e da China Vermelha, sentiam que se aproximavam o momento crucial da definição: ou vencia o dístico << Deus, Pátria, Família e Liberdade>>, ou havia de tremular o tropo infame <<foice e martelo>>, no seu cortejo de materialismo e servidão. É fato histórico que muitos brasileiros erguiam a sua voz, alertando o povo contra a terrível realidade. Mas como poderiam fazer-se ouvir pelo povo, se era o próprio Presidente João Goulart que, com sua autoridade, encarregado de zelar pelas instituições e pela pureza do regime, queria entregar o <<GIGANTE>>, amarrado pelos pulsos, aos ferrenhos inimigos da liberdade e do cristianismo?*³¹

Tais textos divulgados no jornal católico *Correio da Semana*, nos permite observar indícios do medo que circundava a sociedade brasileira de forma geral, e o sertão cearense de forma específica. É interessante percebermos o peso simbólico de tais argumentos, as palavras e os sentidos a elas atribuídos.

De acordo com o discurso promovido por meio das páginas impressas, a “desordem” fora cessada, os “inimigos” banidos ou empurrados em direção ao abismo, os valores morais cristãos defendidos, as “forças democráticas” salvaram as liberdades democráticas. As “missões” que “corrompiam consciências, preparando o assassinio, o incêndio e a ocupação do território nacional”,³² foram desmontadas.

Por meio da *Rádio Educadora do Nordeste*, músicas eram irradiadas em “regozijo pela vitória das Forças Armadas sobre o comunismo ateu”.³³ O clima de festa disseminava-se como resultado de um sentimento de “conquista da liberdade”, de “vitória”, enfim, de destemor. Monsenhor Sabino Loiola conduzia as comemorações por meio das ondas de rádio, festejando o fim do “nefasto Governo de Jango”³⁴.

À medida que tais acontecimentos transcorriam em Sobral, faixas eram fixadas no frontispício da Catedral de Fortaleza com frases de louvor à intervenção militar de 31 de março de 1964. Nas faixas constavam: “Deus abençoe as Forças Armadas do Brasil”, “A mulher cearense com Deus pela Pátria”, “A gratidão do Ceará às Forças Armadas e ao Governo do Estado pela renovação da Democracia”.³⁵ “Por iniciativa do Movimento Cívico

³¹ Padre Gerardo Gomes. Salve, Brasil! *Correio da Semana*, 11 de abril de 1964, ano 47, n.º. 03, p. 02.

³² Idem.

³³ Padre Lemos. Radionda. *Correio da Semana*, 11 de abril de 1964, ano 47, n.º. 03, p. 04.

³⁴ Idem.

³⁵ Referimos-nos a fotografia divulgada em primeira página no jornal *Unitário*, Fortaleza-CE, 06 de abril de 1964.

da Mulher Cearense, tendo à frente a Primeira Dama do Estado, D. Luiza Távora”, era celebrada missa de Ação de Graças em homenagem às Forças Armadas.³⁶

Tais acontecimentos floresciam no mesmo contexto das perseguições políticas, das prisões que se sucediam quantitativamente, das cassações de mandatos já previstas, das penalidades submetidas aos acusados como “corruptos e corruptores” da democracia brasileira. As Forças Armadas faziam isso “sem derramamento de sangue”, demonstrando a sua “integridade”, a sua “distinção”, assim propagava a imprensa saudosista.

É interessante perceber que os relatos orais de Francisco das Chagas Sabóia remontam imagens fragmentadas do medo do comunismo que, como já afirmamos, circulava em várias cidades do Brasil por intermédio das páginas impressas, das práticas discursivas.

Vale destacar que o discurso jornalístico produzido e veiculado passa por todo um processo de recepção, de adequação, de leitura e reelaboração. Ele não interfere absolutamente na forma como os sujeitos históricos leem o mundo social, mas, uma vez produzido com efeitos de verdade, sem sombra de dúvidas, influencia, sedimenta valores, faz pulular sensibilidades, e instiga a criação de novos textos e signos.

O narrador, através do relato do medo compartilhado, auxilia-nos a refletir sobre o golpe de 31 de março de 1964 como uma construção social, como um projeto de estado elaborado por meio do apoio de parcela expressiva da sociedade civil brasileira. Contribui ainda, para desmontarmos as propostas fundadas em bases explicativas estruturantes, deterministas, mantenedoras de mitos.

O golpe não foi uma resultante estrutural, muito menos ainda, foi fabricado lá fora e legitimado através de “manobras” realizadas pelos de fora sobre os brasileiros. Assim como não resultou da ação, ou falta dela, de um único personagem. Não foi uma resultante inevitável de um processo histórico. Muito pelo contrário, o golpe e o regime ditatorial foi erguido com forte apoio popular, de instituições as mais variadas, e somente se consolidou tendo como base as relações de consenso³⁷ que foram tecidas ao longo dos tempos.

³⁶ Milhares de pessoas na missa em ação de graça pela vitória da democracia. *Unitário*, Fortaleza-CE, 06 de abril de 1964, s/p.

³⁷ Por consenso compreendemos: “a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença, ou, no limite, a sensação de absoluta impotência. (...) A repressão e a ação da polícia política em particular podem induzir ao, ou fortalecer o, consenso, mas nunca devem ser compreendidas como decisivas para a sua formação”. Cf. REIS FILHO, 2010: 387.

Não queremos aqui negar as perseguições políticas, as mortes ocasionadas, as privações de liberdades, os desaparecimentos políticos, as torturas, enfim, o caráter ditatorial do regime e a violação dos direitos humanos perpetrada. Mas, não podemos perder de vista que os 21 anos de regime autoritário no Brasil não se fizeram possíveis somente a partir do uso exclusivo da força, da opressão, da censura, de um poder verticalizado, de cima para baixo. Outra peça deste grande mosaico, muitas das vezes não acessada, também, e essencialmente, deu operacionalidade à engenharia autoritária. Referimos-nos às relações de consentimento, às interlocuções alinhavadas pela sociedade civil com o Estado autoritário.

Desprezar as relações de apoio de expressivas parcelas da sociedade brasileira ao golpe de 31 de março de 1964 significa cair na armadilha de análises deterministas, minimalistas, estruturantes. Nesta medida, se faz cada vez mais pertinente e necessário pensar os tempos autoritários no Brasil como uma ditadura civil-militar. Mais que isso, não basta somente anunciar este complexo dueto, para, logo em seguida, mergulhar em busca de uma utopia perdida, de uma “cultura de resistências”.

Este mergulho, em muitos casos, além de negligenciar o que as fontes históricas podem permitir sobre um passado que não passa, tende a atribuir resistência, a tornar resistente, a acatar uma memória que se constituiu ao longo do processo de redemocratização, quando a justiça de transição demandava uma nova agenda política, e, neste sentido, quando já não era mais oportuno ser percebido como adepto do regime de exceção, quando já não era mais aceitável a ditadura, quando o desejo de liberdade e democracia lampejava forte e vigorosamente.

Muitas questões ainda permanecem em aberto. Várias propostas discursivas promotoras de silêncios e distorções, embora constantemente problematizadas, ainda prevalecem. Muitas são ainda as “zonas cinzentas” a serem visitadas, refletidas, iluminadas a partir de novos olhares, de outras questões, de operações historiográficas que promovam deslocamentos na ordem do discurso.

A reflexão sobre a sociedade sobralense não se esgota nos apontamentos que fizemos dos apoios que ela concedeu ao golpe, esta é somente uma de suas muitas facetas. Como afirmamos, a década de 1960 foi marcada pela entrada em cena de novos atores políticos, de outras propostas de gestão de cidade, de tensões e conflitos.

Muitas outras fontes, que aqui não foi possível acessarmos, apontam para experiências complexas e contraditórias, para conflitos forjados no interior da Igreja, e projetados sobre os espaços públicos, para tensões elaboradas por estudantes, grupo ao qual Francisco das Chagas Sabóia passou a fazer parte ainda quando estudante secundarista.

O que pretendemos ao longo do texto foi apresentar os desafios que temos ainda pela frente, os debates historiográficos que ainda temos de travar, os modelos teóricos deterministas que ainda precisamos problematizar. Como nos chama atenção Lucia Hippolito (1985: 43-44), “modelos teóricos jamais dão inteira conta da realidade, que no mais das vezes insiste em se comportar de maneira contrária (e autônoma) à prevista pela lógica, ‘e a lógica não pode substituir a evidência’”, os registros de um passado-presente. Conceitos e métodos, já afirmamos, são ferramentas sempre provisórias, inacabadas, competindo ao pesquisador a ressignificação de seus valores e usos.

Os novos desafios que se colocam demandam o aprofundamento do diálogo interdisciplinar a fim de oxigenar a oficina da História, e, neste sentido, tornar mais rico o debate historiográfico sobre a história de uma cidade ainda pouco visitada, ainda negligenciada, sob a sombra de mitos: outrora prevalecia o mito personalista, o qual atribuía a cidade à figura religiosa de Dom José; hoje, prevalece, em grande medida, o mito da resistência, de uma “cultura de resistências”. Refletir sobre este conceito, e sobre os limites que engendram a definição do mito, apresenta-se como um desafiante caminho. Realizar tal propósito à luz de um diálogo com os regimes autoritários europeus e com historiadores que têm se dedicado a levantar novos problemas sobre os comportamentos sociais em tempos de regimes de exceção, nos parece adequado.

Referências bibliográficas

- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund [Et. Al.]. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora UNB, 1982. (Coleção Pensamento Político).
- FERREIRA, Jorge Ferreira. A estratégia do confronto. A Frente de Mobilização Popular. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n°. 47, 2004, pp. 181-212.
- FERREIRA, Jorge Ferreira. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, Lucilia de A. Neves; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Col. O Brasil Republicano; v. 3).

- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável? In: *1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, FAPERJ, 2004.
- GIRÃO, Glória Giovana S. Mont'Alverne & MAIA SOARES, Maria Norma. *Sobral: História e Vida*. Sobral: Edições UVA, 1997.
- HIPPOLITO, Lucia P. *De raposas a reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do “pensar-duplo”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. I: Europa).
- MONTENEGRO, Antonio Torres. Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964). In: *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: DELGADO, Lucilia de A. Neves; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Col. O Brasil Republicano; v. 3).
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- MUSIEDLAK, Didier. O fascismo italiano: entre consentimento e consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. I: Europa).
- PROFÍRIO, Pablo F. de A. In: *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução socialista em Cuba: ditadura revolucionária e a construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. II: Brasil e América Latina).
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. [Et. Al.]. In: *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: Edusc, 2004. (Coleção História).
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ROCHA, Herbert. *O Lado Esquerdo do Rio*. São Paulo: Hucitec: Secretaria de Desenvolvimento da Cultura e do Turismo; Sobral: Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabogosa, 2003.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2º Ed. Passo Fundo: UPF, 2003.
- SILVA, Eduardo Gomes. *A Rede da Democracia e o golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.
- SOARES, José Teodoro. *A ideia de modernidade em Sobral*. Fortaleza: Edições UFC/ Edições UVA, 2000.